

A degradação do ensino

JOSE CARLOS AZEVEDO

Na sumaríssima e única autobiografia que escreveu para os dois volumes da Library of Living Philosophers (in "Albert Einstein, Philosopher-Scientist", P.A. Schilpp-Ed. Open Court Pub.), contendo estudos sobre sua monumental obra, feitos por 25 renomados filósofos e cientistas, Einstein afirmou que "... o que o homem vê diante de si desde sua infância não lhe causa reação ... Ele não se surpreende com a queda dos corpos, com o vento ou a chuva, nem com a Lua e o fato de que ela não cai, nem com as diferenças entre as matérias animada e inanimada..." Em outras parte dessa autobiografia, que chamou de obituario, o maior cientista de todos os tempos, comentando sua infância na Suíça, e o seu excelente sistema de ensino, observou ser "... quase um milagre que os modernos métodos de ensino não tenham estrangulado de vez a sagrada curiosidade de investigar..."

Essas passagens servem de reflexão para os que se preocupam com a educação brasileira e as consequências de seu deplorável estado atual: a degradação de valores humanos e da qualidade do ensino. Nesse setor, atingiu-se estágio de saturação, incredulidade e desestímulo tais que nada surpreende, tudo enfastia e nada empolga, como se estivessem acostumados a isso desde a infância. Quem, por exemplo, se preocupou com a greve que, no ano passado, imobilizou as universidades públicas durante meses? Quem se preocupou em saber se, nessa ocasião, os alunos aprenderam alguma coisa ou os grevistas foram pagos quando, paralisadas essas instituições, decidiam como "democratizá-las"? Quem se inquietou com a nova temporada de greves que se prenuncia? Tudo isso prova que são os usos que nos devem preocupar e não os abusos, pois este são episódicos e aqueles são permanentes.

Dentre os usos prevalentes no Brasil está o de supor-se deve sempre criar um Ministério quando for necessário estimular um setor qualquer; nas últimas eleições presidenciais, por exemplo, os dois candidatos se comprometeram a desmembrar o Mec em dois ou mais Ministérios, entre eles o da Cultura, e descabe citar a frase atribuída a Goering e dita por Ionesco; importa, entretanto, meditar sobre as palavras de Octávio Paz: "Nossos mestres chamam-se Kant, Voltaire, Hume, Montesquieu, críticos da sociedade, assim como também são os poetas. Por isso, tremo cada vez que ouço falar no Ministério da Cultura. Um Estado convertido em moralista é péssimo e convertido em gramático é ainda pior. Cultura é criação e crítica, e, sendo assim, não deve ser subordinada a um Ministério".

Dentre os riscos inerentes à criação desse órgão, também assinalados no Estado de S. Paulo de 12 de maio passado, estão o estimular o "folclorismo vazio", a "porno-chanchada", outras manifestações de pseudocultura e contribuir para o mau uso de transformar órgãos públicos em sinecuras. Não se sabia, por exemplo, ao final do governo passado, se no MEC, somados os "celetistas", estatutários, "recibados", contratados por convênio e o que mais ali houvesse, havia mais servidores que alunos, nem se o CNPq gastava mais recursos para administrar a ciência do que para fomentá-la.

A desordem nas escolas, outro mau uso desses últimos anos e que sempre foi indicio de desagregação social, é entre nós agravada pela rápida sindicalização da universidade. "As grandes nações escrevem suas autobiografias em três manuscritos: o livro de seus compromissos, o de seus feitos e o de sua arte. Nenhum desses livros

pode ser compreendido sem a leitura dos outros mas, dentre os três, o mais confiável é o último". O manuscrito em que Ruskin confiava, o Monumentum Aere Perennius, o livro da cultura da civilização, só as nações que dediquem à educação, o melhor de seus esforços podem escrever.

O progresso material havido nas três últimas décadas não teve ressonância no plano espiritual e problemas de imensa magnitude, acumulados ao longo de séculos e substancialmente agravados nos últimos anos, deixou-nos uma nação sem alma, má educação, sem compromissos com sua herança cristã e ocidental e uma elite inexpressiva e despreparada.

Em função disso, o Estado assumiu, de maneira crescente, a tutela da Nação e atribuições afetas à livre empresa que, não raro, passaram a ser desenvolvidas por pessoas que tampouco possuíam envergadura intelectual para conduzi-las; de creta forma, a estatização é sintoma do mau funcionamento da educação e não é sem motivo que temos o maior contingente de analfabetos e a economia mais estatizada no mundo ocidental.

Some-se a isto a pregação social-esquerdizante existente em nossas instituições de ensino, apesar de seu desuso na quase totalidade das nações civilizadas, e a influência crescente que tem

Japão e Coreia, de um lado, e Argentina, do outro, por motivos opostos, são exemplos que contrariam o pressuposto de que um país é viável se tiver extensão territorial e riqueza do solo. Escrito há mais de 200 anos e ainda hoje fonte de inspiração e ensinamentos, o "Estudo sobre a natureza e causa da riqueza das nações" não poderia contemplar a ciência como fator de desenvolvimento e, no único parágrafo em que menciona essa palavra, Adam Smith limitou-se a considerá-la "o grande antidoto para o veneno do entusiasmo e da superstição".

O grande pensador inglês, entretanto, estava a 150 anos da revolução iniciada com o advento das teorias da relatividade e cujas influências na vida moderna são infundáveis. Ao contrário das duas outras que a precederam, essa revolução não foi obra do acaso, mas deveu-se ao esforço obstinado de inteligências privilegiadas. Para essa revolução, da ampliação das fronteiras do conhecimento e divulgação do saber, o Brasil, ressaltados resultados episódicos, não deu contribuições significativas devido à depauperação de nossas escolas.

Na última década, a universidade brasileira, pela sua maioria expressiva, engajou-se na política e deixou de lado sua missão de ampliar e transmitir conhecimentos; por isso, ali, idealistas cedem lugar aos mediocres de quem Ingenieros dizia que "fazem da arte um ofício, da ciência um comércio, da filosofia um instrumento, da virtude de uma empresa, da caridade, uma festa..." Longe de tratar-se apenas de uma simples roupagem jurídico-administrativa nova ou de uma inocente questão de "mais verbas para a educação" — de resto fáceis de obter aumentando impostos de quem trabalha — a mudança da universidade brasileira se inicia, e quase que se exaure, na reformulação de seu corpo docente; o resto, de fato, é déjà vu.

Se, a curto ou médio prazos, viermos a ser também a maior nação socialista do Ocidente é outra história; mas, se não houver mudanças, inauguraremos, com certeza, um novo e moreno sistema político, a "social mediocridade". Ou, quem sabe, a República Sindicalista com a qual sonharam alguns ainda há poucas décadas.

José Carlos Azevedo é ex-reitor da Universidade de Brasília.